

crimes idênticos, eram maiores do que as aplicadas à classe dos ricos e dos nobres. Estes enviavam homens em seu lugar para servir no exército e não sofriam castigos corporais. A simples usurpação de um grau social era punível com o máximo rigor, mesmo que fosse de boa fé. Sobre tudo e sobre todos pesava o poder absoluto do Imperador.

(...) O princípio hereditário posteriormente foi aplicado ao serviço militar. Filhos de soldados deviam seguir a carreira dos pais e se a isso se recusassem e tivessem a idade de 25 anos, seriam enviados para uma Cúria. Escolha semelhante era facultada aos filhos dos veteranos. Todos os incapazes para o serviço militar tornavam-se decuriões. A despeito dessas regulamentações de Constantino, as Cúrias continuaram desertas e evasões ao dever continuaram a se processar até que no IV século a “caça ao decurião” tornou-se um esporte da burocracia imperial.

Em abono dos imperadores devemos dizer que esse foi o único caminho conhecido que encontraram para deter a decadência do Império. Chegou-se mesmo ao absurdo de proibir-se ao decurião de entregar-se ao comércio para aumentar o seu patrimônio, que era a garantia do pagamento dos tributos devidos ao Estado. Chegou-se também ao cúmulo de impor-se que todo o indivíduo, por bem ou por mal, devia fazer parte de uma corporação ou instituto definido.

Valentiniano (364-375) reforçou ainda mais o regime corporativo. As corporações de Roma tomaram-se as rodas da máquina estatal. Nenhum imperador fez tanto quanto ele nesse sentido.

( *As origens das corporações de ofício. As corporações em Roma.* )

\*

## ALGUNS ASPECTOS DA DECADÊNCIA DO IMPÉRIO ROMANO

Para muitos historiadores a Idade Média teria sido uma “Idade das Trevas”. Contestamos tal afirmação por julgá-la muito vaga e difusa, pois na maioria das vezes aqueles que emitem tal juízo se esquecem que desde 395 da nossa era, com a morte do Imperador Teodósio-o-Grande, o imenso Império Romano fora dividido em duas partes, aliás cumprindo fatal destino em virtude de ser ele bilíngüe, de cultura e língua latina no Ocidente e de língua e cultura grega na porção oriental. Dissemos destino fatal, porque desde Diocleciano com a sua famosa tetrarquia, essa divisão se impunha.

Com a célebre crise do III século — crise econômica, financeira, religiosa, social, política etc. — o Império Romano foi-se tornando cada vez mais emperrado. Os transportes e as comunicações entre as diversas províncias tornaram-se gradativamente mais difíceis. A “barbarização” do Império começa então. Inúmeros camponeses e mercenários germânicos — “bárbaros” para os romanos — começam a tomar importância na sociedade imperial. Com a separação das carreiras civis das militares na administração romana, esses bárbaros tiveram a oportunidade de ascenderem a importantes posições no exército, acabando mesmo, posteriormente, por estarem de posse de postos-chaves da carreira militar e terem de fato, em suas mãos, por pessoas interpostas, o verdadeiro poder. Essa barbarização não é, pois, coisa típica da Idade Média, vem da Antiguidade, desde o chamado Baixo-Império.

Uma prova do emperramento da economia nos é apresentada pelo chamado “Édito dos Máximos” da época de Diocleciano, com o qual esse imperador tentou estabilizar os preços. Não é preciso dizer que fracassou, como fracassaram idênticas tentativas entre nós. O que seria preciso era incrementar a produção e não tentar a contenção dos preços das utilidades, pois a lei da oferta e da procura destrói qualquer medida controladora. As mercadorias, não podendo ser vendidas por preço acima das tabelas, passaram para o “mercado negro” que existiu no III século como funciona agora entre nós.

Em consequência da estagnação do comércio, tanto por via terrestre como marítima ou fluvial, as propriedades cresceram e se transformaram em latifúndios. Aliás, essa tendência já vinha-se fazendo sentir desde o fim da República Romana, como consequência imediata da conquista militar que possibilitou uma imensa expansão do Estado. Ao mesmo tempo que isso acontecia, tanto a classe média como a pequena propriedade foram sendo extintas como os camponeses foram sangrados pela eternização das campanhas militares e também porque não podiam fazer frente a um verdadeiro **dumping** oriundo dos tributos dos estados vencidos, pagos principalmente em trigo e em gado. A **nobilitas**, a classe senatorial, aproveitou-se da angústia econômica dos pequenos proprietários para adquirir os seus bens imóveis — a preço vil como era de se esperar nessa fase de especulação — ao mesmo tempo que lançava também mão do **ager publicus**, terra pertencente ao Estado que estivesse nas vizinhanças de suas propriedades.

Os grandes proprietários transformaram-se em autênticos latifundiários, abandonando a cidade e vindo habitar as suas **villa**, procuran-

do produzir nela tudo que lhes fosse possível, originando-se daí uma economia fechada, auto-suficiente ou quase, uma verdadeira autarquia que se tornou típica da Alta Idade Média. Essa *villa* transformou-se assim na propriedade-padrão no fim da Antiguidade e na Alta Idade Média.

No fim do Império Romano houve infiltração “bárbara” no exército e também entre os camponeses. Os romanos concentraram-se nas aglomerações urbanas, principalmente em Roma, onde vendiam o seu voto nas eleições da Cúria. O campo permaneceu nas mãos de elementos heterogêneos, muitos deles escravos; embaralha-se ainda a situação com a chegada de numerosos contingentes germânicos, fugidos à pressão dos hunos que se expandiam rumo ao Oeste.

No exército temos fenômeno idêntico, como já dissemos, mas aí esses germanos obtiveram um *foedus*, um acordo com o Estado romano, e por isso mesmo são chamados *foederati*. A infiltração bárbara foi tão grande que até os uniformes, insígnias, técnicas militares, vozes de comando, tudo foi germanizado. Devemos, entretanto, esclarecer que os efetivos militares não eram muito numerosos. Assim, essas invasões na realidade são lentas infiltrações e não intromissões maciças como querem fazer sentir alguns historiadores alemães. A realidade foi outra e a toponímia e a antropologia mostram que a população primitiva foi conservada, tendo havido, é óbvio, principalmente nas zonas fronteiriças e em lugares estratégicos, maior concentração germânica.

A barbarização foi muito maior no Ocidente do que no Império Bizantino que conseguiu manter-se até o século XV. No Ocidente, as propriedades em parte foram confiscadas — sobretudo aquelas que pertenciam ao Estado e à Igreja — e muitas outras tiveram de suportar a curiosa instituição do *hospitum*, que consistia no confisco de 2/3 da propriedade em benefício dos guerreiros germânicos, ficando o restante para o antigo proprietário, que tinha por obrigação enviar a parte do lucro que coubesse ao senhor bárbaro. Esse curioso hábito explica-se pela necessidade de o invasor não se dispersar devido ao seu pequeno número. Isso justifica a concentração desses guerreiros em guarnições militares colocadas em lugares estratégicos, verdadeiros pontos-chaves para o domínio de vastas regiões.

( *Alguns aspectos da economia medieval*, em “Revista de História”, 60, págs. 275-227. 1 940. )